

Investidores temem fragilidade das reformas

Para especialistas, medidas temporárias e de emergência põem em risco metas econômicas

MONICA YANAKIEW
Correspondente

WASHINGTON - A fragilidade política do governo brasileiro e de suas reformas saltou aos olhos dos investidores na quinta-feira passada. Para a surpresa de todos, o Superior Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucionais duas medidas que aumentariam em R\$ 2,35 milhões as contribuições previdenciárias para o próximo ano.

No lápis, as contas do Brasil podem até fechar. Ninguém duvida que o governo possa adotar novas medidas em breve para suprir a receita perdida e atingir o superávit primário de 3,25% do Produto Interno Bruto (PIB), prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para o próximo ano. Mas isso não bastou para tranquilizar os investidores.

"Não se trata de saber se o Brasil vai ou não vai fechar suas contas - mas sim como vai fechá-las", explicou Arturo Porzecanski, economista-chefe do ING Barings. "Medidas não faltam, só que muitas delas são temporárias, foram criadas em situação de emergência, geram distorções ou correm o risco de serem questionadas e consideradas inconstitucionais", acrescentou. Em outras palavras, o que está em jogo é a solidez das reformas brasileiras.

Alguns analistas - como Ernst Chip Brown, economista-chefe do Morgan Stanley Dean Witter - já tinham incluído essa possibilidade de derrota em seus cálculos e não foram sur-

preendidos pelo STF. "Preferimos trabalhar com um cenário conservador, que leva em conta a oposição ao governo", explicou. "Por isso, estamos prevenindo um superávit primário de 2,2% do PIB para 2000".

Mas segundo Chip Brown, muitos investidores "ficaram chocados com a decisão do STF, porque não tinham o menor indício de que o governo poderia sofrer essa derrota". A surpresa foi maior porque aconteceu na mesma semana em que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, tinham conseguido vender com sucesso a imagem de um Brasil em plena recuperação.

Em seminários em Washington, organizados para os participantes da reunião anual do FMI e do Banco Mundial (Bird), Malan e Fraga mostraram um Brasil muito diferente daquele que preocupava o mundo em 1998 e que pode encerrar o ano com crescimento de 0,5%. As reformas estruturais - asseguraram Malan e Fraga - estavam no Congresso, com boas chances de serem aprovadas. Ninguém mencionou a possibilidade de uma derrota no STF.

"A derrota coincidiu com a notícia de que a popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso está caindo", explicou Paulo Leme, economista-chefe da Goldman Sachs. "É isso voltou a colocar em dúvida a força política do governo para aprovar as reformas", disse.

O episódio lembrou aos investidores a derrota do presidente sobre o mesmo polêmico tema da Previdência Social, em dezembro passado, logo após a reeleição. "Ninguém gosta de surpresas políticas - especialmente os mercados", concluiu Leme.

SUPERÁVIT
PODE SER DE
APENAS 2,2%
EM 2000